

Contabilidade Gerencial

+Administração e Finanças(2)

Módulo: 4 - 1a. chamada

TELESSALA: SÃO PAULO/SP (BANCO DO BRASIL SÃO PAULO SP-PALOMA NOVAES SÁ)

DATA: __/__/____

Não risque o código de barras



CEZAR TOSHIKI NAKASE

MATRÍCULA: 203792

ASSINATURA: (Conforme RG)

TRANSCREVA SUAS RESPOSTAS PARA O GABARITO ABAIXO.

O gabarito deve ser marcado com caneta azul ou preta e não pode conter rasura nem corretivo

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

- Com a evolução da ciência contábil, ao longo do tempo foram surgindo situações no dia a dia de sua prática que se fizeram necessárias à introdução de regras técnicas, que foram denominadas:
 - Normas Fundamentais da Contabilidade.
 - Normas Brasileiras de Contabilidade.
 - Princípios Fundamentais de Contabilidade.
 - Pronunciamentos Fundamentais de Contabilidade.
- Em relação ao Princípio da Prudência (CFC 1.282/2010, Art. 10º), admite-se que há momentos na vida de uma entidade em que certos valores são incertos, tanto para entradas quanto para saídas. Isso não significa que não serão registrados, porém a cautela nos orienta a admitir:
 - Supervalorização em relação ao ativo.
 - Subvalorização em relação ao passivo.
 - Lançar ativo e passivo com valores semelhantes.
 - Valores subestimados para as futuras e incertas receitas e lançar de forma superestimada os valores futuros e imprecisos dos passivos.
- O plano de contas do setor público é mais complexo do que o do setor privado. Devemos lembrar que estamos tratando de itens sensíveis como:
 - O patrimônio público.
 - A expectativa do eleitor.
 - A redução da pobreza.
 - A manutenção dos cargos públicos.
- Em relação ao termo “decreto”, pode-se afirmar que detalha os pormenores para a fiel execução da Lei. Nesse sentido, é um ato administrativo de competência do:
 - Ministério da Educação.
 - Chefe do poder executivo.
 - Poder Judiciário.
 - Ministério Público.
- Os chamados instrumentos de planejamento são constituídos por meio de Leis ordinárias e sua votação é realizada por maioria simples. O orçamento anual é o mais antigo dos três e é chamado de:
 - Lei de Receitas e Despesas Anual.
 - Lei Orçamentária Anual.
 - Lei Financeira Anual.
 - Lei Contábil Anual.
- O Plano Plurianual (PPA) é o planejamento completo para quatro anos; é o todo que será dividido em partes. Nele estão contidas as diretrizes e metas da gestão pública e podem-se apontar duas características interessantes: ele é um plano de médio prazo e o gestor sabe o que será atingido, onde e como até o encerramento do último exercício fiscal; além disso, este planejamento é:

- a. Resumido.
- b. Burocrático.
- c. Analítico.
- d. Estratégico.

7. A primeira fase da despesa, na execução orçamentária, é o seu empenho, que cria obrigação de pagamento pela emissão da nota de empenho. Pode-se afirmar que é um ato:

- a. Administrativo.
- b. Legal.
- c. Estratégico.
- d. Governamental

8. Pode-se dizer que o subsistema patrimonial é aquele que registra as mutações nas contas do patrimônio da entidade. O patrimônio é constituído dos bens, direitos e obrigações do ente, sendo dividido em:

- a. Patrimônio de curto e de longo prazo.
- b. Ativo circulante e ativo não circulante.
- c. Ativo realizável e irrealizável.
- d. Ativo antecipado e circulante.

9. Com relação ao material didático, aponta-se que, a partir da promulgação da Resolução CFC 1.129/2008, de 25/11/2008, os subsistemas financeiro e patrimonial foram incorporados e foi criado o subsistema de:

- a. Dotação.
- b. Custos.
- c. Comunicação.
- d. Empenhos.

10. Em relação à Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), pode-se associá-lo ao impacto das variações patrimoniais resultante da execução orçamentária, receitas arrecadadas e:

- a. Despesas previstas e fixadas.
- b. Despesas empenhadas e postergadas.
- c. Despesas previstas e postergadas.
- d. Despesas empenhadas e pagas.